Entrelinhas

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Devolução Física Correios

Ano XXII | nº 89 | Janeiro a abril de 2022

Psicologia, democracia, justiça e direitos humanos

A luta de manter revolucionária a laicidade da psicanálise | PG 12

Reativação do Sindicato | PG 14

Editorial

Chegou abril de 2022, entramos no terceiro ano da pandemia da Covid-19. Momento difícil e extremamente desafiador.

No Brasil e no mundo a crise econômica agravada com o surto mundial da doença tem se demonstrado desoladora. Desemprego, fome, sofrimento, aumento das desigualdades e violências de todas as ordens.

A Psicologia, nesse contexto, tem sido chamada a responder, participar, oferecer seu campo de saber e de atuação profissional. Muitas e muitos profissionais na linha de frente ao atendimento das pessoas afetadas pela pandemia. No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nos Hospitais, na Educação, na Clínica e em todos os lugares onde o sofrimento das pessoas tem sido acolhido incansavelmente pela profissão.

Particularmente, o ano de 2022 é muito importante. Em junho acontecerá o Congresso Nacional da Psicologia e, em agosto, as eleições para os plenários dos Conselhos Regionais e Federal. Nesse ano, também, comemora-se 60 anos da regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil.

Essa edição da Entrelinhas traz debates, questões e opiniões que continuam permeando o exercício da Psicologia de acordo consonante com nosso código de ética e com os Direitos Humanos. O combate ao racismo, a laicidade da psicanálise, a participação no Fórum Social das Resistências, avaliação psicológica no contexto da pandemia, por exemplo, têm sido vetores importantes de debate da profissão.

Não menos importante, destacamos a entrevista com a nova direção do Sindicato dos Psicólogos do RS. Reativação tão necessária nos tempos sombrios em que vivemos.

Boa leitura!

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Ana Luiza de Souza Castro, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga **Roselaine Hirsch Caldas** – CRP 07/10738, por infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo no art. 2º, alínea "g", conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº 25/2018.

Porto Alegre, 24 de março de 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Ana Luiza de Souza Castro, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga **Mariângela Muller Feldmann** – CRP 07/13077, por infração ética à Resolução CFP nº 07/2003 em seu art. 2º, itens I, II e III e art. 3º, combinada com a infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo no art. 1º, alíneas "c" e "g", art. 2º, alínea "g", art. 9º e o princípio IV, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº 03/2017.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Ana Luiza de Souza Castro, Carla Mariela Carriconde Tomasi, Fabiane Konowaluk Santos Machado e Roberta da Silva Gomes

Jornalista Responsável: Aline Victorino – MTb 11602

Estagiária de jornalismo: Giulia Victória

Projeto Gráfico: Moglia Comunicação Empresarial

Edição digital e editoração eletrônica: Luzz Design

Ilustrações: Jean Magnus – Olharte

Impressão: Alfa Print

Tiragem: 3000 exemplares
Distribuição gratuita

crprs.org.br
twitter.com/crprs
facebook.com/conselhopsicologiars
youtube.com/crprs
@conselhopsicologiars

Comentários e sugestões:
imprensa@crprs.org.br

Sumário

Relato de experiência 4

Avaliação psicológica e crise pandêmica: do papel ao digital e os desafios do mundo híbrido

Fique atenta/o 6

Reportagem especial 7

Psicologia, democracia, justiça e direitos humanos

Reflexões 12

A luta de manter revolucionária a laicidade da psicanálise

Psicologia e pesquisa 14

A dobra política do movimento antimanicomial: uma pesquisa cartográfica

Perspectiva 16

Reativação do Sindicato

Dicas culturais 19

Orientação técnica 22

Novas orientações sobre avaliação para a concessão de registro e porte de arma de fogo.

CREPOP 24

Abordagem racializada das pesquisas

Agenda da Psicologia 25

Observatório de Direitos Humanos 26

Em defesa dos direitos da população LGBTQIA+

Transparência 27

Relato de experiência

Avaliação psicológica e crise pandêmica: do papel ao digital e os desafios do mundo híbrido

O atual momento de enfrentamento à Covid-19 trouxe consigo inúmeros desafios que exigiram a adaptação às novas formas de trabalho, seja em home office ou modelo híbrido. Muitas/os psicólogas/os se viram limitadas/os na sua atuação, sem poder atuar da maneira tradicional, de forma presencial.

Mesmo antes da Covid-19, vivíamos em circunstâncias de grande transformação digital. Por muito tempo, a Psicologia ficou afastada deste movimento, que tem beneficiado muitos campos de conhecimento. Mesmo com toda essa transformação, ainda hoje, precisamos defender a ideia de a tecnologia em Psicologia não ser uma vilã. Pelo contrário, devemos nos aliar a ela para otimizar o trabalho. Entre as vantagens que a tecnologia pode agregar ao campo estão a possibilidade de diminuir as chances de erro ao realizar uma avaliação psicológica (AP); facilitar e democratizar o acesso das pessoas, de maneira geral, a um cuidado de saúde mental qualificado e adaptado; permitir uma cultura baseada em dados, como permitir coletar dados online e até predizer de maneira mais eficiente os fenômenos analisados; a tecnologia aliada à Psicologia pode identificar precocemente riscos para a saúde mental das pessoas. Além disso, a tecnologia também pode agilizar processos que hoje são morosos, repetitivos e possibilitar boas práticas, mais alinhadas aos padrões-ouro (standards) preconizados pela ciência psicológica.

O trabalho da/o psicóloga/o, por mais que seja bem feito, em um processo de avaliação fica vulnerável a erros, omissões, vieses e contratempos. Não é raro encontrarmos avaliações psicológicas que mais parecem relatórios de testagem, sem uma lógica interpretativa, com muitas páginas que "não dizem nada" ou que não seguem as diretrizes do CFP. Também não é raro encontrar profissionais inseguras/os sobre suas conclusões técnicas, com dúvidas sobre os critérios de aptidão ou não de um avaliando. Mas, como solucionar esse problema? Seguindo os passos de outras

Participe!

Quer compartilhar sua experiência como psicóloga/o?

Envie um relato para **imprensa@crprs.org.br**

áreas do conhecimento, automatizando e organizando processos por meio de tecnologia e, assim, qualificando diagnósticos, intervenções preventivas e terapêuticas.

A/O profissional da Psicologia pode utilizar no processo avaliativo um conjunto de ferramentas disponíveis dentro da ciência psicológica: observações, entrevistas clínicas com o avaliando e entrevista com terceiros. Pode-se observar que a AP não se resume apenas em aplicação de testes, mas sim, na soma de todas as ferramentas utilizadas no processo de avaliação que auxiliará a/o profissional na sua tomada de decisão.

Uma boa analogia é a do estetoscópio. Sem a escuta "treinada" do médico, sua capacidade de observação e interpretação do que os sons do corpo significam, o aparelho perde sua função. Na Psicologia, os testes são o estetoscópio da/o psicóloga/o, um instrumento. Portanto, para realizar uma avaliação psicológica é necessário observar, interpretar e reconhecer padrões para testar hipóteses e elaborar o raciocínio técnico. Não basta apenas o instrumento, por mais preciso que ele seja. AP é um processo e, exatamente por isso, exige da/o profissional uma grande capacidade de planejamento, expertise técnica e análise de dados. Na prática esse processo é árduo, requer muita preparação e que um grande número de informações seja levantado. Nesse sentido, a tecnologia pode agregar muito.

Os anos "pandêmicos" ficarão marcados para sempre, em especial pela sensação de que a Covid-19 acelerou o futuro. Precisamos ser disruptivos na forma de realizar os procedimentos de avaliação psicológica. Precisamos aceitar o novo "normal" – como o trabalho remoto, as relações híbridas (físicas e digitais), a desburocratização e a sustentabilidade (economia de papel). A cultura data-driven inovadora favorecerá o crescimento da área como ciência e transformará a relação com os dados produzidos na avaliação. Com a tecnologia, é possível consolidar as informações na nuvem, aplicar inteligência e extrair conhecimento destas informações que deixarão de ser meros documentos engavetados.

Não podemos prever todas as oportunidades e as ameaças atreladas à adoção de tecnologia na Psicologia. Além dos limites da previsão, devemos contar com recursos mais profundos para irmos mais longe: visão, valores, princípios, ética e educação contínua. Podemos evitar surpresas? Não. Mas, com esses recursos podemos moldar suas consequências e o futuro de nossa profissão. E, então colega, você está preparada/o para se tornar um/a profissional phydigital (físico e digital)?

Referência:
Schlosser B. The Future of Psychology and Technology in Assessment. Social Science Computer Review. 1991;9(4):575-592. doi:10.1177/089443939100900405

Ana Carolina Peuker

Psicóloga (CRP 07/11084) especialista em Psicologia Clínica. Mestrado, Doutorado e Pós- Doutorado em Psicologia, no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós Doutorado no Grupo de Estudos Avançados em Psicologia da Saúde (UNISINOS). É membro da Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS e Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Covid-19 da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Diretora da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), gestão 2022-24. Diretora da Bee Touch, uma mental health startup.

Saiba mais

Protocolo de biossegurança temático – Avaliação psicológica e uso de testes psicológicos: cuidados técnicos e éticos antes, durante e após a pandemia. Publicação produzida pela Comissão de Avaliação Psicológica e GT Biossegurança Covid-19 do CRPRS, disponível em **crprs.org.br/publicacoes.**

Fique atenta/o

Vem aí o 11º CNP

De 2 a 5/06 de 2022, acontecerá em Brasília o 11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia. O CNP é um amplo processo de participação democrática em que todas/os as/os psicólogas/os são convidadas/os a sugerir as diretrizes para a profissão, as quais serão referências das gestões que serão eleitas para a direção dos Conselhos Federal (CFP) e Regionais de Psicologia (CRPs), em agosto de 2022. O Congresso tem por objetivo a construção da agenda política da Psicologia Brasileira.

O tema do 11º CNP é "O Impacto Psicossocial da Pandemia: desafios e compromissos para a Psicologia Brasileira frente às desigualdades sociais". As etapas preparatórias (Pré-Congressos e Congresso Regional) já aconteceram no Rio Grande do Sul, elegendo as/os representes do estado que participarão do CNP defendendo as propostas elaboradas regionalmente.

Acesse **crprs.org.br/11cnp** e saiba mais.

Eleições 2022

2022 é ano de eleger as próximas gestões do Sistema Conselhos de Psicologia. De 23 a 27/08 serão realizadas a Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia e as eleições para os Conselhos Regionais de Psicologia.

O voto é obrigatório para todas as psicólogas e para participar é preciso estar com o cadastro no CRPRS atualizado.

Acompanhe as informações sobre o processo eleitoral em **crprs.org.br/eleicoes** ou nas redes sociais do Conselho, atualize seu cadastro e participe!

60 anos da Psicologia

Em agosto comemora-se os 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil. Para marcar a data, o Conselho Federal e Conselho Regional de Psicologia promoverão diversas ações alusivas a esse marco para a profissão. Acompanhe no site e participe!

PSICOLOGIA 60 ANOS
UMA HISTÓRIA PARA CONSTRUIR O FUTURO

Reportagem especial

Psicologia, democracia, justiça e direitos humanos

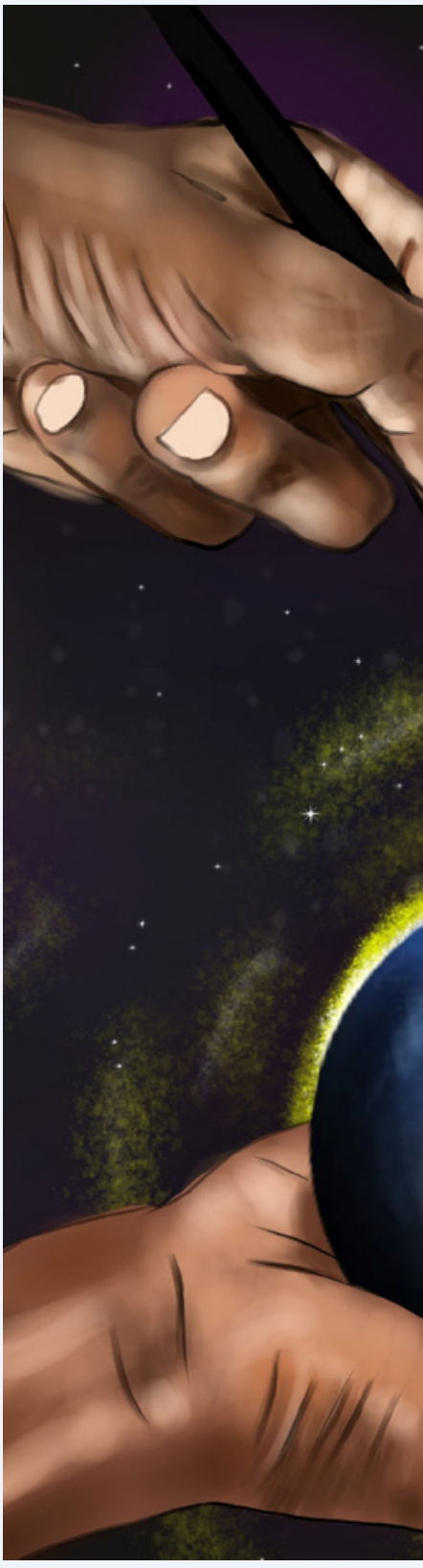
A atuação da Psicologia deve estar pautada na democracia, na justiça e nos direitos humanos. Considerando isso, o Sistema Conselhos de Psicologia vem acompanhando e participando, desde as primeiras edições, das atividades do Fórum Social Mundial (FSM), movimentos que mobilizam milhares de pessoas em defesa de seus direitos, de seus territórios e na construção de "um outro mundo possível", como diz o slogan do Fórum.

"Se entendermos democracia e justiça como garantia igualitária de acesso a direitos, a Psicologia, nas suas mais diversas áreas de atuação e linhas teóricas, pode contribuir para a construção de mundos mais democráticos e justos a partir dos princípios do seu Código de Ética, notadamente atuando 'com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural', em cada um dos âmbitos em que estiver inserida. Para tanto, o Sistema Conselhos pode defender o controle social e a garantia de acesso às políticas públicas, participar e contribuir com o fortalecimento de movimentos sociais e das diversas formas de luta coletiva contra o racismo, a divisão de classes e o sexismo estruturais, assim como participar na construção de saídas para combater o encarceramento em massa, a reclusão manicomial (seja em hospitais psiquiátricos ou em comunidades terapêuticas). A Psicologia não pode posicionar-se de forma supostamente neutra perante mazelas tais como a fome, a miséria e a segregação", defende a psicóloga Maynar Vorga, conselheira vice-presidenta do CRPRS.

Para Maynar, por ser um evento que promove a articulação entre os diferentes movimentos de resistência existentes na América Latina, a Psicologia deve estar inserida no FSR. “O combate ao racismo, à divisão de classes, ao sexismo e ao punitivismo (incluindo técnicas manicomiais e de encarceramento em massa) não se limita aos campos acadêmicos e de práticas no trabalho, pois precisa ocorrer em redes e articulações intersetoriais, as quais devem necessariamente incluir os movimentos sociais de resistência, de luta contra essas estruturas. Assim, a garantia de espaços para o diálogo com esses movimentos é também a garantia de orientação profissional e científica voltada ao enfrentamento dessas questões”.

A psicóloga Ana Luiza de Souza Castro, conselheira presidenta do CRPRS, lembra que o Fórum Social Mundial surgiu como resposta ao Fórum Econômico de Davos. “É importante ter outras organizações, outras formas de ver o mundo que não sejam pela lente da economia e do lucro, por isso o FSM é tão relevante”. Por ser uma profissão voltada ao cuidado da saúde, a Psicologia deve contribuir para melhorar a vida das pessoas, garantindo os direitos fundamentais, por isso a importância de estar junto a movimentos de resistência como os eventos do FSM. “Nós, profissionais da Psicologia, conselhos e organizações da categoria, não temos outro caminho que não seja o de continuar colaborando e resistindo. Já estamos no terceiro ano de pandemia, a vida das pessoas piorou muito, o sofrimento aumentou, sem falar das mortes desnecessárias que aconteceram, esse mais do que nunca é o momento que precisamos participar e continuar colaborando. Nos eventos do FSM são discutidos direitos humanos, políticas públicas, se apontam soluções para grandes problemas mundiais. Certamente a Psicologia tem, teve e sempre terá muito a colaborar com essas discussões”, avalia Ana Luiza, que participou de quase todas as organizações do FSM.

A psicóloga Carla Tomasi, conselheira do CRPRS que também integrava a gestão do Conselho em 2003, ano da terceira edição do FSM em Porto Alegre, recorda a alegria e a esperança de todas/os as/os envolvidas/os na época. “Naquela época, a Psicologia estava iniciando nas políticas públicas. Entendíamos que abríamos espaços para aquelas/es que não tinham acesso aos consultórios particulares, a escuta passava a ser contextualizada, entendíamos os problemas sociais e seus efeitos, o preconceito racial, a discriminação sexual advinda do patriarcado, acreditávamos, sim, em um novo mundo possível, parecia que estávamos no caminho”. Para Carla, apesar de a Psicologia seguir crescendo e se desenvolvendo como profissão, a humanidade retrocedeu em diversos aspectos, ficando algumas lutas cada vez mais difíceis. “Nossa participação no FSM é importante porque, apesar desse cenário de retrocessos e incertezas, resistimos. Não é fácil acreditar em outro mundo possível, mas desistir não é uma alternativa. A Psicologia está comprometida com esse ‘sonho’, com os direitos humanos, isso está em seu Código de Ética, em seu fazer, impossível ser diferente”.



Fórum Social das Resistências em 2022

Em 2022, o CRPRS participou de atividades do Fórum Social Mundial Justiça e Democracia (FSMJD) e do Fórum Social das Resistências (FSR), que aconteceram de forma on-line no final de janeiro. Nessa organização, o CRPRS se uniu a movimentos sociais que atuam resistindo e acreditando que um mundo mais justo e democrático é possível. Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO), Rede Covid 19 Humanidades, Frente dos Coletivos Carcerários do RS, Associação Construção e Fórum Gaúcho de Saúde Mental.

Maynar destaca a força de resistência desses movimentos. "A Frente dos Coletivos Carcerários é um movimento muito potente que se organizou durante o primeiro ano da pandemia, enquanto movimentos que já existiam sentiram dificuldades para se reorganizar devido às limitações para os encontros. De modo semelhante, a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO Brasil) foi fundada durante o maior colapso da saúde pública devido à pandemia, lutando não apenas pelo direito à vida, mas também pela memória, tão constituinte de humanidades. Também podemos identificar a força da resistência na pessoa do Cid Branco, artista e também usuário da Rede de Atenção Psicossocial, notadamente quando declara que é livre e indaga se é liberto, quando reivindica reconhecimento profissional, quando produz uma intervenção teatral profunda e sensível. E o que dizer da Lucineide Gomes, costureira, associada e cogestora da Associação Construção – empreendimento solidário que foi criado no contexto da RAPS e que conquistou autonomia – que nos ensina que o atendimento terapêutico não basta se não incluir o direito ao trabalho, aos resultados materiais disso, ao poder decisório, a ser sujeito do conhecimento, à cidadania e ao ativismo".

Acesse **crprs.org.br/fsr2022** e saiba como foram as atividades.

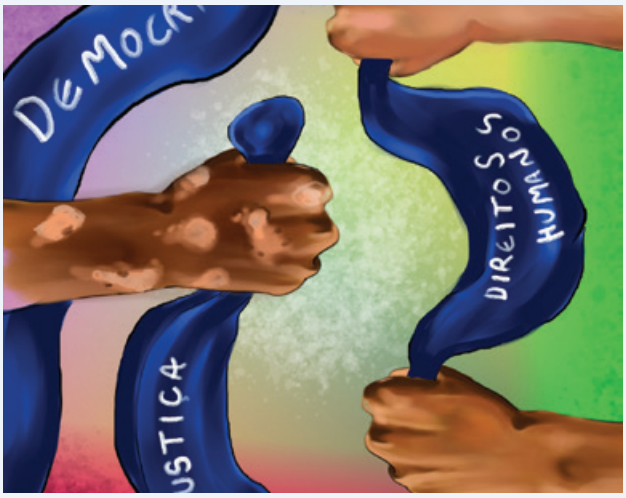
Por que resistir e seguir acreditando que um outro mundo é possível?

"Onde muita gente vê 'pessoas mortas', menos que humanas, eu vejo vida que resiste aos confinamentos, à necropolítica, à indiferença. Quando não somos o cerne da resistência, cabe-nos o papel de propiciar-lhe espaços, tempos, energias para que possa florescer" – Maynar Vorga (CRPRS)

"O meu conhecimento, tanto técnico quanto histórico, da questão dos direitos humanos é o que me impulsiona a seguir acreditando em positivas possibilidades. Entendo que a humanidade teve momentos muito complicados, no entanto, os coletivos da sociedade tiveram que resistir e continuar lutando ainda e apesar da dor. Como exemplo, podemos pensar nas vítimas do holocausto, testemunhas dessa grande violação de direito e desse grande crime contra a humanidade, e as mães da Praça de Maio, que tiveram seus filhos mortos pela ditadura militar argentina e que nunca desistiram de conquistar o direito à memória e à reparação. Ainda que possamos demorar para conquistar esse direito, devemos continuar nessa luta, não há outra maneira" – Paola Falceta (AVICO Brasil)

"Sigo o princípio da Rosa Luxemburgo: lutemos por uma sociedade socialmente igual, humanamente diferente, completamente livre na esperança de nos tornar libertários. Quando vejo tudo que eu já passei na minha vida, eletroconvulsoterapias, choques, a quantidade de remédio que tomava e ainda tomo, tudo isso me faz querer lutar mais, para que outros não tenham que passar pelo que já passei. Que eu consiga transmitir esperança através dos meus espetáculos, pois sem ela não conseguimos ir adiante. Poder resistir, poder mudar as coisas através do meu teatro é o que me faz continuar lutando. Não é o mundo que tenho que transformar, é a minha volta. Se eu transformo o que está ao meu entorno, eu transformo o mundo" – Cid Branco (ator, integrante do Fórum Gaúcho de Saúde Mental)

"Sabemos que o sistema prisional brasileiro é um sistema com irregularidades, abandono, abuso, escassez nos seus atendimentos, super lotação de pessoas, que em sua maioria jovens negras/os e pessoas de situação em vulnerabilidade social. Se pararmos com a luta pelos direitos das/os apenadas/os e familiares, nos restará apenas o massacre e sofrimento. Estamos sempre acompanhando tudo e apropriados das informações e não vamos aceitar nada que piore ainda mais essa situação. A pessoa sai do sistema prisional sem trabalho, sem estudo, tendo família para sustentar. É tanto julgamento da sociedade que a pessoa acaba voltando para vida do crime e assim a história se repete. Acredito sim em um novo mundo, com novas oportunidades e essa mudança deve vir de todos os lados para que a ressocialização possa acontecer" – Fernanda Monteiro Silva (Frente dos Coletivos Carcerários RS)



Confira algumas iniciativas do Sistema Conselhos no Fórum Social Mundial:

2002 – A Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP lança, durante o Fórum Social Mundial (FSM), a campanha "O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer", propondo, pela primeira vez, um debate nacional sobre o racismo no âmbito do Sistema Conselhos.

2007 – CFP marca presença no 7º FSM, em Nairóbi no Quênia, para apresentação de oficina sobre direitos humanos e saúde mental no Brasil.

2009 – O CRPRS participa da mesa "O estado que temos e o estado que queremos: contribuições da Psicologia" do FSM realizado em Belém do Pará.

2010 – Durante o 10º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, CFP e CRPRS realizam manifestação contra o Ato Médico, mesas sobre temas ligados à saúde mental, cidadania e direitos humanos e promove a terceira edição da Nau da Liberdade, reunindo cerca de 200 pessoas a bordo do barco Cisne Branco para discutir sobre o tema da loucura.

CFP promove o seminário "Sociedade, Trabalho, Justiça e Democracia: reflexões a partir da Psicologia" na programação do FSM.

2012 – CFP, CRPRS e Sindicato dos Psicólogos marcaram presença na marcha de abertura do Fórum Social Temático defendendo a formulação de políticas públicas que efetivem direitos sociais e políticos e garantam a cidadania no Brasil.

2016 – CRPRS participa da marcha de abertura e de diversas atividades do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em parceria com militantes da luta antimanicomial.

2017 – CRPRS, em articulação política e de diálogo entre diversas organizações sociais, participa de atividades do FSR como "Assembleia dos Povos e Movimentos em Resistências", "Saúde Mental e Resistência", "Quais os impactos do desmonte da Política de Assistência Social na agenda 2030? Quais os desafios para atingir o desenvolvimento sustentável?", "O estado atual da Política Nacional e da Política Estadual de Prevenção e Combate à Tortura".

2020 – Em Plenária do Conselho Nacional de Saúde realizada durante o FSR, CRPRS entrega carta aberta exigindo o fortalecimento do SUS e a transversalização da perspectiva de gênero e raça no planejamento e execução das políticas de atenção à saúde para o efetivo cumprimento do enfrentamento à violência contra as mulheres.

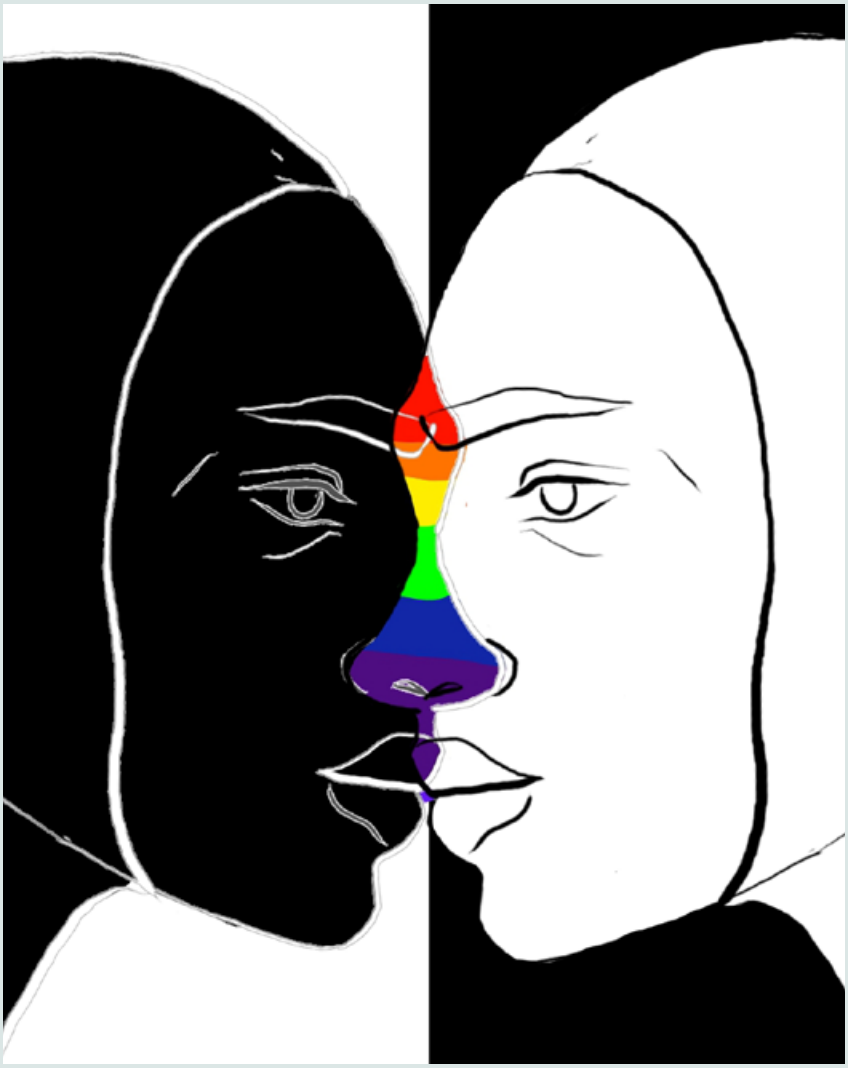
CRPRS também participa da Marcha de Abertura, "Enfrentamento ao encarceramento em massa e ao genocídio das juventudes (negra, periférica e indígena), contra a criminalização das lutas, movimentos sociais e em defesa dos/as defensores de Direitos Humanos", "Direito à Cidade, cidade sem Direitos – invisibilidade social e humanização do acesso à Justiça", "Igualdade, Diversidade e Direitos Humanos", "Relações étnico-raciais e saúde mental na conjuntura", "Convergência das Migrações: contra o racismo e contra a xenofobia",

2021 – Dentro da programação das atividades on-line do FSM, CRPRS promoveu, em parceria com CRP 20 – Amazonas e Roraima, a roda de conversa "De Norte a Sul do Brasil: as consequências do negacionismo na pandemia da Covid-19" e o II Colóquio Processos de Despatologização na Educação e na Saúde, organizada em parceria com Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar – UFRGS, Rede Unida, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional RS, Faculdade de Educação da UFRGS, Escola Superior de Educação Física da UFPel e Despatologiza – Campinas/SP.

Reflexões

A luta de manter revolucionária a laicidade da psicanálise

Freud dizia que muitas vezes ser démodé significava sustentar, não abandonar as palavras e que, às vezes, isso é mais revolucionário que o modernismo reluzente dos bazares da globalização. Michel Plon assim expressou em 2000[1] seu desejo que ao não abandonar as palavras permaneceríamos revolucionários.



Retomamos a palavra para continuar lutando pelo ofício da psicanálise e de seus princípios que sustentam a manifestação consciente e inconsciente da experiência singular em um processo transferencial. Novamente recorremos aos fundamentos da psicanálise quanto à autonomia de sua disciplina em relação a todas as formas de psicoterapias e sua independência em relação aos poderes públicos e a uma regulamentação pelo Estado, seja ela qual for. Este retorno aos fundamentos se faz necessário, pois desde o ano de 2000 alguns movimentos começaram a ocorrer

[1] Estados Gerais da Psicanálise. Org. René Major. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.

no sentido controle quanto às formações de psicoterapia em função da diversidade do campo[2] e no campo da psicanálise quando surgiram Projetos de Lei propondo sua regulamentação a partir de grupos religiosos neopentecostais, como a Formação Psicanalítica oferecida pela Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB). O Projeto de Lei 3944 foi apresentado por um deputado da bancada evangélica, que prometia um título de psicanalista ao término de um curso que podia ser on-line, com 10 horas de "análise", leitura de apostilas, "formando" centenas de "psicanalistas".[3]

Neste ano de 2000, psicanalistas de Brasília se organizaram e começaram a trabalhar dentro do Congresso Nacional e, depois outros representantes de instituições psicanalíticas do Brasil se juntaram a este movimento de acompanhamento e lobby em Brasília, dando início ao Movimento Articulação das Entidades Brasileiras. São 22 anos de trabalho coletivo, com representantes de 49 instituições psicanalíticas para barrar as tentativas de regulamentação que estão nitidamente associadas às formações religiosas ou de empresas da educação com interesses financeiros, ideológicos e políticos.

Nesses 22 anos, continuamos a reassegurar estas especificidades no campo da psicanálise através do Movimento Articulação, que recentemente manifestou-se publicamente para marcar "a singularidade no processo de formação, e sua transmissão em um modo de relação que diverge daquele propiciado nos moldes acadêmicos".[4]

A questão que nos cabe evidenciar à sociedade e aos colegas diz respeito a um curso de Psicanálise em nível graduação e com titulação de Bacharelado oferecido em 4 anos, restringindo a uma grade curricular o que diz ser uma "formação", que condensa astutamente o trabalho do tripé de uma formação com uma grade curricular online e, ainda acena com trabalho garantido quando de sua conclusão.

Como pensamos uma formação atrelada a um curso acadêmico, quer seja presencial ou online? Como sustentar a psicanálise senão em seu caráter leigo, o quer dizer com conhecimento e intimidade do analista com a verdade de seu inconsciente e também na condição de laicidade, ou seja, que sua formação não esteja atrelada a leis que regulamentem seu ofício, religiões que orientem a prática e políticas mercantilistas. Estes são os desafios que convocam a sustentação de instituir-se uma ética profissional no lugar de uma regulamentação que repete atualmente a confusão do Estado em se apresentar religioso, quando pela Constituição sua condição é ser laico.

Alertamos para a repetição quanto à tentativa de regulamentação do oficio, no lugar do que se entende por uma ética, reatualizando o que em 1926 Freud denunciou sobre o processo de charlatanismo movido contra Reik, por prática ilegal da profissão.[5] Então, qual é a prática ilegal hoje?

Bárbara de Souza Conte

Psicanalista (CRP 07/01004), doutora pela Universidade Autônoma de Madri. Membro Pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e representante no Movimento Articulação das Entidades Brasileiras de Psicanálise. Coordenadora do projeto Clínicas do Testemunho SIG/ Comissão de Anistia – MJ, 2013/2015. Participante do mesmo projeto na APPOA 2016/2018. Conselheira do CRP Gestão 2004/2007. Conselheira e membro da Comissão de Direitos Humanos e de Psicoterapia do CFP Gestão 2013/2016.

[2] Também no campo das Psicoterapias os debates sobre regulação e competências foram propostos desde 2006 a partir do II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão (CFP), em 2009 com o Ano da Psicoterapia e o Encontro de Psicoterapeutas (2010) (CRP-07) tornou visível para os psicólogos que o tema da regulamentação da Psicoterapia fosse problematizado e não instituído. (Psicoterapia: o percurso histórico nos desafios por uma formação sem regulamentação em O campo das Psicoterapias. Reflexões Atuais, org. Adriano Holanda, p.146)

[3] Ver artigo intitulado Investidas do Discurso Religioso na Regulamentação da Psicanálise aparecem os PLs e seus argumentos. <https://revistalacuna.com/2021/12/14/n-12-04/>.

[4] Trecho do Manifesto do Movimento Articulação das Entidades Psicanalistas Brasileiras de 9 de dezembro de 2021.

[5] A Questão da Análise Leiga.

A dobra política do movimento antimanicomial: uma pesquisa cartográfica

A tese "Militando com a loucura: a dobra política do movimento antimanicomial no Rio de Janeiro" aborda a contribuição deste movimento social à transformação das relações sociais com a loucura. Em diálogo com uma literatura crítica das práticas psiquiátricas, ela propõe captar o que o movimento produz. Não se trata de suas relações com o Estado, nem de representações ou identidades, mas da dimensão afirmativa, dos processos de transformação engendrados. A noção de dobra política funciona como ferramenta conceitual permitindo analisar esses processos.

Esta tese em sociologia, redigida em francês e inserida na Aliança Internacional de Pesquisa Universidades-Comunidades Saúde mental e Cidadania, propõe uma discussão sobre a articulação entre loucura e política a partir de uma pesquisa cartográfica realizada em 2012 junto ao núcleo do Rio de Janeiro do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA). Esta abordagem metodológica aposta na implicação da pesquisadora junto ao território de produção de sentido encontrado, a fim de apreender analisadores emergentes. Durante o trabalho de campo, foram realizadas observações participantes das reuniões do movimento e entrevistas com ativistas.

O MNLA é um ator fundamental da Reforma Psiquiátrica brasileira, visando a construção de uma política de saúde mental pública inclusiva e antimanicomial, atualmente drasticamente ameaçada pelo governo Bolsonaro. Com o engajamento militante de usuárias e usuários de serviços de saúde mental, o movimento antimanicomial experimenta um arranjo singular entre loucura e militância. Esse fenômeno é analisado com a noção de dobra política. Em um diálogo entre conceitos propostos por Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Rancière, esta noção funciona como uma ferramenta permitindo acessar produções do núcleo do Rio de Janeiro deste movimento.

Cartografamos os modos como acontece a dobra política do MNLA enquanto abalo nas linhas de separação de poder/saber que opõem de forma binária loucos/normais, excluídos/adaptados etc. Estes abalos nas linhas molares, produzidos pelo movimento, são múltiplos e nossa pesquisa cartográfica capta alguns deles. O primeiro se traduz no espaço político aberto pelo movimento, que se atualiza há cerca de quarenta anos sob a forma de rodas (assembleias deliberativas) com suas discussões, controvérsias e articulações de ações coletivas. Em 2012, as lutas contra as restrições à mobilidade na cidade, contra a internação forçada de pessoas sem-teto em comunidades terapêuticas sob o pretexto do uso de drogas, assim como pela afirmação de um ativismo legítimo de usuárias e usuários dos serviços de saúde mental, são os principais temas deste espaço político. O segundo abalo consiste na atualização de micropolíticas na roda: lateralidade, inclusão e composição com discursos disjuntivos em um estilo de ativismo onde a "interafetação" dos corpos é um componente essencial. O terceiro abalo identificamos por meio do "perspectivismo" militante:

pontos de vista singulares tecendo formas de fazer sentido com o ativismo onde afetos, experiências de vida e sofrimento psíquico participam à composição coletiva de um "plano comum".

A cartografia da dobra política do MNLA no Rio de Janeiro analisa a imbricação entre loucura e política. A partir do caso brasileiro, ela questiona os modos como as sociedades contemporâneas lidam com as experiências de sofrimento psíquico. Essa pesquisa convida a aproximar debates e questionamentos de um movimento social em contínuo engendramento na sua luta contra as novas formas de aprisionamento, pelo cuidado em liberdade e por uma sociedade sem manicômios!

Paula Brum Schaeppi

Psicóloga e doutora em sociologia, pesquisadora associada do Institut des Humanités en Médecine, Université de Lausanne.

A tese *"Militando com a loucura: a dobra política do movimento antimanicomial no Rio de Janeiro"* pode ser acessada aqui **http://archipel.uqam.ca/id/eprint/8679**

Este trabalho ganhou o prêmio da melhor tese de ciências humanas da UQAM em 2017 e deu origem ao livro "Folie ET Politique", publicado em 2020. Saiba mais: **https://www.georg.ch/livre-folie-et-politique-brum-schaeppi**.

Leia o artigo "Acesso e Compartilhamento da Experiência na Gestão Autônoma da Medicação: O Manejo Cogestivo", publicado no volume 5 do Caderno HumanizaSUS, páginas 234-248, disponível em **https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf**

Perspectiva

Reativação do Sindicato

O trabalho do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul, o SIPERGS, foi reativado em 2021. Uma nova gestão foi eleita com o objetivo de trabalhar em defesa da categoria e da profissão. O Sindicato tem um importante papel, tratando de questões como a melhoria das condições de trabalho, a remuneração das profissionais e as relações entre trabalhadoras e proprietárias de empresas, sejam elas privadas ou públicas, por exemplo. Nesta edição da EntreLinhas, convidamos as psicólogas Emanuele Luiz Proença, Bárbara Silva de Oliveira Maciel, Carolina Gasperin e Thais de Castro Jury Arnoud, integrantes da atual gestão do SIPERGS, a falar sobre essa nova organização e perspectivas para o futuro da Psicologia.

Como está organizada a nova diretoria do Sindicato?

No estatuto do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul está estabelecido que a diretoria colegiada é composta por três diretores titulares e três suplentes. E o Conselho Fiscal por três membros titulares e três suplentes. A Diretoria de Políticas Sindicais representa a diretoria principal. O grupo atual começou a se formar a partir do encontro de psicólogas trabalhadoras do Grupo Hospitalar Conceição e Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Foram agregando-se diferentes parcerias e apoiadores ao longo do tempo que foram fundamentais para a decisão de assumir o desafio de dirigir o SIPERGS, num contexto desfavorável às entidades sindicais pós Reforma Trabalhista.

Quais os projetos que a nova gestão pretende desenvolver?

A nova diretoria do SIPERGS assumiu o sindicato em setembro de 2021 com o objetivo de retomar a representação das/os profissionais da Psicologia no RS. As ações que planejamos fazer ao longo deste ano são: reaproximação com a categoria; sustentabilidade Financeira, especialmente diante das modificações legais que enfraqueceram os sindicatos e consequentemente o alcance das ações em prol de seus representados; participação nas negociações coletivas, buscando construir soluções conjuntas com profissionais empregados diante das instituições empregadoras; constituir trabalho em rede com outras instituições que congregam a categoria, com outros sindicatos e demais fóruns de representação social, fortalecendo a preservação de direitos dos profissionais da psicologia; apoio às ações nacionais em prol da categoria, atualmente bastante voltadas a luta pela jornada máxima de 30h e pelo piso salarial, implementação da Lei 13935/19 que estabelece inserção de psicólogas/os na educação básica, além de demais pautas de interesse no que se refere às políticas públicas e às leis federais para profissionais da Psicologia; defesa das políticas públicas e dos interesses coletivos; ações sindicais em prol da saúde mental e do trabalho decente, preservando a atuação profissional das/os psicólogas/os nas diferentes áreas de atuação; busca de convênios e serviços para associadas/os do Sindicato.

Contamos com o fortalecimento do SIPERGS para incluir novas pautas que representem ainda mais o interesse das/os associadas/os no planejamento dos próximos anos.

Como estão divididos os Grupos de Trabalho do Sindicato?

Os Grupos de Trabalho são organizados por temáticas:

GT Saúde: contempla estudos e abordagens nas áreas da saúde mental, saúde do trabalhador, saúde suplementar, e faz interface com o controle social desse âmbito.

GT Trabalho: dedicado a luta pelas 30h da categoria, piso salarial, condições de trabalho, situações de assédio no trabalho, orientações jurídicas e contábeis, seja para profissionais empregadas/os ou autônomas/os, busca de convênios;

GT Assistência Social e Direitos Humanos: tem como objetivo atender às demandas da atuação profissional da Psicologia frente aos Direitos Humanos e Serviços da Assistência Social, com especial atenção às ações relacionadas ao grande número de psicólogas/os terceirizadas/os na área.

GT Educação: responsável pela organização das capacitações, além de tratar das questões da Psicologia na educação básica e ações com profissionais recém- formadas/os.

Todos os GTs são abertos à participação de associadas/os e estudantes de graduação.

Por que é importante o envolvimento da categoria com o Sindicato?

Percebemos a importância de resgatar a confiança do Sindicato junto à categoria através de ações transparentes, dentro dos princípios éticos, sendo uma gestão que prioriza as construções coletivas e os interesses das/os profissionais da Psicologia. Acreditamos ser fundamental o engajamento das/os psicólogas/os para que possamos fazer um sindicato mais organizado e fortalecido e, assim, sermos a voz das demandas e necessidades da categoria e da sociedade.

Além disso, o mundo do trabalho tem passado por inúmeras transformações, e muitas delas têm ocorrido no sentido de fragilizar a posição de trabalhadoras/es. Entendemos que as/os psicólogas/os não estão alheios a essas transformações, sejam empregadas/os ou profissionais autônomas/os, e encontrarão no Sindicato a possibilidade de se fortalecerem em movimentos coletivos.

Como Sindicato e Conselho podem trabalhar juntos em defesa de pautas comuns da categoria?

As entidades que representam a categoria em âmbitos diferentes possuem pautas comuns, que vão desde as ações nacionais, como a citada luta pela jornada máxima de 30h, além de ações locais, tal como garantir o exercício profissional. Se o Conselho tem a tarefa, por exemplo, de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão da/o psicóloga/o e zelar pela fiel observância dos princípios éticos e disciplinares da classe, o sindicato lutará por condições de trabalho decentes para essas/es profissionais, defendendo os interesses coletivos da categoria e os individuais de seus integrantes. Ainda, ambas entidades podem também atuar de maneira articulada em espaços do controle social nas políticas públicas.

Como participar e se filiar ao Sindicato dos Psicólogos do RS?

Para filiar-se envie um e-mail para o endereço diretoria@sipergs.org.br. Você receberá a ficha de filiação e demais orientações sobre o pagamento da contribuição associativa. O valor da anuidade para 2022 é de R$ 150,00, com desconto de 20% para as/os primeiras/os 100 associadas/os.

Este ano comemoramos 60 anos da regulamentação da Psicologia, como vocês avaliam a evolução da profissão neste período e o que esperam para o futuro?

Ao longo dos anos, a Psicologia foi se estabelecendo como campo de conhecimento e atuação. Entretanto, essa história não é linear, pois sendo campo de disputas de diversos interesses, possuiu e possui até hoje entraves para o seu reconhecimento.

As diferentes entidades representativas garantem a congregação das pautas das/os profissionais, atualizando as discussões e propondo alternativas para os questionamentos e mudanças que se apresentam ao longo do tempo.

Nesse sentido, os sindicatos surgiram como entidades fundadas e mantidas pelas/os próprias/os psicólogas/os para defenderem seus interesses nas relações de trabalho. Neste ano em que a Psicologia comemora 60 anos de regulamentação, o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio Grande do Sul – SIPERGS completa 42 anos de fundação, lutando em defesa dos direitos da categoria.

Para o futuro, esperamos fortalecer as formações coletivas através de tais entidades de modo a atualizar os interesses da categoria e construir bases sólidas para o exercício da profissão.

Conheça quem está à frente da nova gestão do SIPERGS:

Diretores titulares:
Diretora de Políticas Sindicais – Emanuele Luiz Proença
Diretora Financeira – Bárbara Silva de Oliveira Maciel
Diretora de Políticas Públicas – Claudia Magnus

Diretores suplentes:
Desirée Luzardo Cardozo
Thais de Castro Jury Arnoud
Gabriel Alves Godoi

Conselho fiscal (titulares):
Carolina Gasperin
Andrea Costa Barcellos
Simone Carmelito Teixeira

Conselho fiscal (suplentes):
Beatriz Tadwald
Luana Ferreira Oliveira
Andrea Bortoli

O SIPERGS quer saber mais sobre sua condição de trabalho

Como forma de aproximar-se cada vez mais das/os psicólogas/os do RS, a nova gestão do SIPERGS gostaria de conhecer melhor a realidade atual de trabalho das/os profissionais da Psicologia. Preencha o questionário e ajude a qualificar o planejamento e as ações do Sindicato: **bit.ly/questionarioSIPERGS**

Para conhecer mais sobre o SIPERGS, acesse as redes sociais do SIPERGS no Instagram e Facebook ou entre em contato pelo e-mail **diretoria@sipergs.org.br**

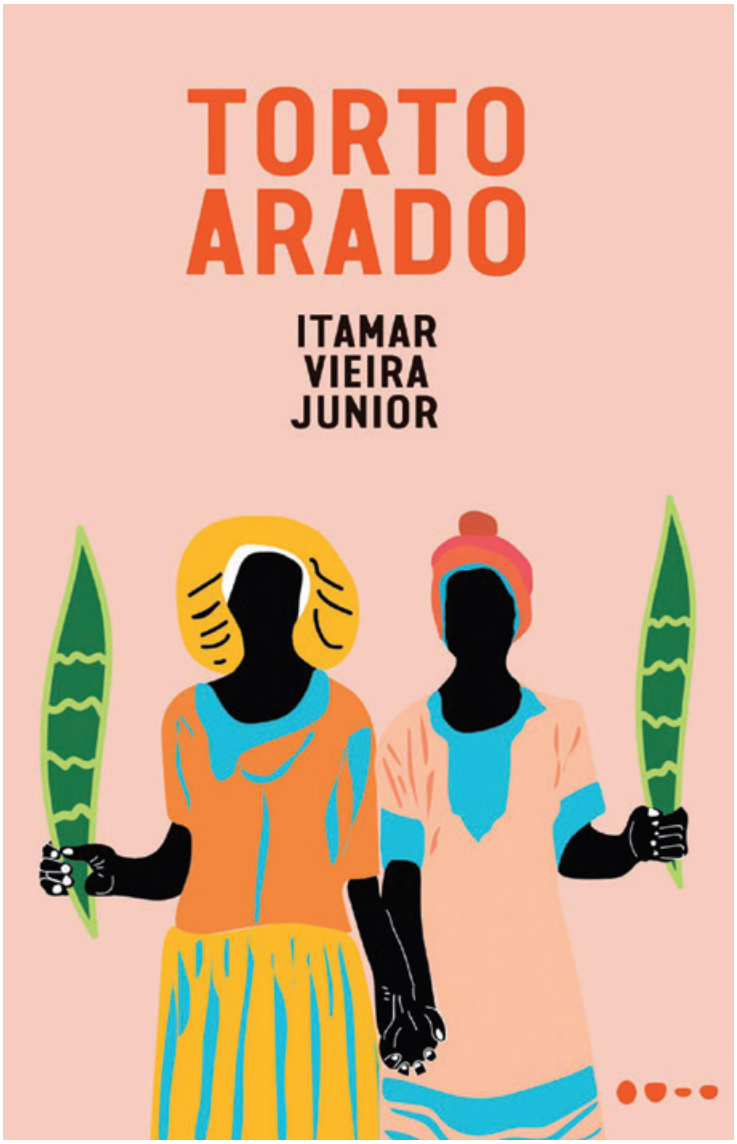
Dicas culturais

Torto Arado

"A parede de terra, do barro que era o chão de Água Negra, voltou a ser terra de novo. Nasceram ervas e flores minúsculas em meio à umidade que surgia com o orvalho e com a chuva que caía quando era da vontade dos santos. Fiquei atenta a tudo o que acontecia, sabia que nada retornaria. Olhei com certo encantamento o tempo caminhando, indomável como um cavalo bravio."

Encontramos no livro "Torto Arado", de Itamar Vieira Júnior, a história de um Brasil colonial, misturada às lembranças dos personagens. Entrelaçando memória e ficção, o autor toca em pontos nos quais insistimos em apagar, ou mesmo, esquecer, mas que tomam forma na narrativa, como as casas de barro, refeitas a cada chuva, testemunhando as vidas privadas do direito a terra e ao lugar. Assim, o autor nos coloca em contato com uma temporalidade na qual o passado ainda precisa ser historiado no presente, onde não se trata apenas de lembrar, mas, também, reescrever a história.

Nessa relação intrínseca entre o vivido e a memória, o autor nascido em Salvador, geógrafo e doutor em estudos étnicos africanos, vai tecendo um romance contagiante e sensível, em uma narrativa onde vozes esquecidas de um país múltiplo e diverso, que se imaginou unívoco, tomam a palavra produzindo novos elos entre história e memória, entre os sujeitos na multiplicidade de culturas.



Luciane Susin

Psicanalista (CRP 07/08296), psicóloga da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, membro da APPOA e Instituto APPOA.

A filha perdida

A maternidade é horrível e maravilhosa, ao mesmo tempo. Mas podemos dizer isso? Quando podemos, um peso, uma tonelada, se solta. Reiteradas vezes no filme, a quietude de Leda é interrompida, sofre um abalo, uma, duas, três, quatro vezes. O ritmo da invasão é importante. Quando Leda encontra a mãe jovem na praia, um jogo com seu próprio passado se atualiza. Elas se olham. O que veem? Os abalos e as interrupções na vida de uma mulher que se torna mãe são contínuos, dolorosos, por vezes desesperadores, mas isso não impede que sejam ao mesmo tempo, inefáveis, sublimes, transformadores.

O filme "A filha perdida" é a adaptação de um dos quatro livros de Elena Ferrante, que compõe a chamada "série napolitana"[1]. Livros que, embora ainda não tenha lido, tratam de mulheres que desejam e o desconcerto do mundo diante desse acontecimento[2]. A polêmica causada pelo filme "A filha perdida" gira em torno do desejo feminino, que como sabemos de sua própria estrutura, oscila, e coloca em cena as ambivalências dos sentimentos de amor e ódio que são constitutivos do humano. Nós psicólogas/os sabemos disso. Mas não o grande público. Ali, uma mulher, mãe, que deseja para além da maternidade, coloca em cena o que talvez seja o maior tabu entre nós: o fato de que a maternidade é difícil, por vezes beira o insuportável, e pode levar a sofrimentos indizíveis, e por isso mesmo, adoecedores. A denúncia que o filme faz, ao dar visibilidade e voz para a experiência do mal-estar na maternidade, revela que esse sofrimento é pouco tolerado socialmente, e as mulheres que ousam falar disso são julgadas, ofendidas muitas vezes de loucas, capazes dessas "coisas horrorosas"[3] (referindo-se ao abandono por três anos das filhas pela personagem Leda). Em resumo, não temos permissão para sofrer na experiência da maternidade, porque isso ofende a imagem idealizada que ela carrega, retirando a própria humanidade das mulheres. O que vemos por trás dessa polêmica são estruturas sociais de dominação muito arcaicas e operam nas subjetividades até mesmo das mais arrefecidas feministas. Portanto, ao adentrar no universo de A "filha perdida", é preciso saber que estamos diante de um território que é também o do político. Exige sensibilidade, delicadeza, e a certeza de que é preciso entrar em contato com o que ainda não sabemos de nós. A atriz que dirigiu o filme, Maggie Gyllenhaal diz que ler o romance a fez sentir como se um pedaço secreto de sua experiência como mãe, amante e mulher no mundo estava sendo contado em voz alta pela primeira vez. "Ela (Elena Ferrante) escreve coisas que a gente pensa, mas não ousa dizer." A escritora italiana cuja identidade permanece desconhecida (seu nome é um pseudônimo) diz que "As coisas mais difíceis de falar são as que nós mesmos não conseguimos entender."[4] Aqui ela nos revela a dimensão de não sabido que nos move, e é justamente essa condição que contém em si uma potência de transformação. Nos movemos em direção ao que ainda não sabemos da gente, do

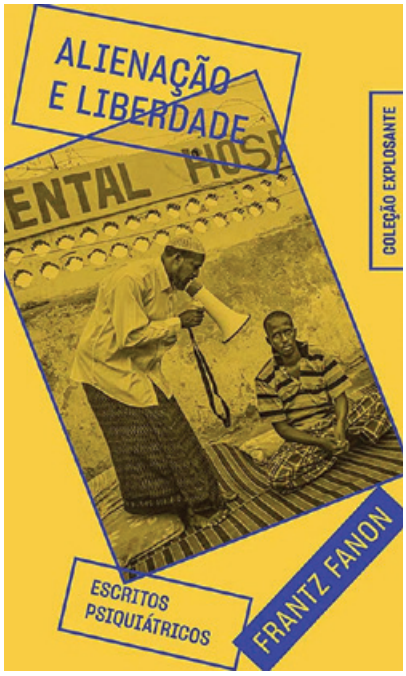
[1] O primeiro livro, A Amiga Genial, o segundo, A História do Novo Sobrenome, em terceiro História de Quem Foge e de Quem Fica e por último, História da Menina Perdida.
[2] https://valkirias.com.br/tetralogia-napolitana-o-epico-de-elena-ferrante/
[3] Comentário que recolhi das redes sociais;
[4] https://www.intrinseca.com.br/livro/692/

outro, algo que nos interpela, que nos indaga. A beleza desse filme é afirmar com coragem esse sentimento convulsivo de viver os abalos da vida, as experiências reais, contraditórias, boas e ruins, ao mesmo tempo e poder tomar uma distância dos ideais inatingíveis, que só servem para produzir sofrimento e sentimentos de inadequação. Aqui em 'A filha perdida', temos esse presente de vermos e ouvirmos talvez, pela primeira vez, o que muitas vezes sentimos e pensamos, mas que nunca pudemos dizer em voz alta, talvez somente no consultório de um analista. E nós, psicólogas/os sabemos o quanto é libertador e transformador atravessar as experiências sem amputar nenhuma parte daquilo que sentimos.

Andrea Fricke Duarte

Psicanalista (CRP 07/ 16.210), artista, pesquisadora, professora universitária. Doutora pela UFRGS com período na EHESS (Paris).

Alienação e liberdade



Lançado pela Ubu editora em 2020, o livro "Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos" do intelectual negro Frantz Fanon (1925-1961), com um prefácio "encarnado", por Renato Noguera, é um convite a descolonizar o pensamento.

Recentemente traduzido e publicado no Brasil, trata-se de um livro que "já nasce mais velho" fecundando uma ancestralidade mesmo que invisibilizada por séculos.

Fanon vê a saúde mental como um campo orgânico que sangra, gangrena ou até amputa-se, coletivamente, mas não precisa. Ele propõe repensar as nossas práticas racializando-as e, considera que um mergulho profundo na cultura, pode transgredir o racismo (e branquitude) nas relações.

É preciso romper com a colonialidade, que utiliza suas contenções mecânicas para suturar instituições em uma lógica racista, punitiva e adoecedora.

O convite é desnaturalizar para inovar, recusando estigmatizar e silenciar. E assim, "escutar" nos encontros, pessoas "estranhadas" em suas formas de manifestar liberdade e desejos. Boa Leitura!

Ezequiel Amaral

Psicólogo (CRP 07/36.215) preto e gay, poeta, ilustrador e mestrando em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS.

Orientação técnica

Novas orientações sobre avaliação para a concessão de registro e porte de arma de fogo

No início deste ano, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução CFP nº 01/2022, criada para regulamentar procedimentos a serem adotados por psicólogas/os na avaliação para a concessão de registro e porte de arma de fogo.

O principal diferencial da nova resolução é a apresentação dos constructos de cada item a ser avaliado, além de deixar nítido que quem define os instrumentos a serem utilizados deve ser a/o própria/o psicóloga/o. O texto da nova Resolução destaca ainda que as/os profissionais devem fundamentar essa avaliação em preceitos éticos e técnicos, previstos em normativas do CFP quanto a avaliações psicológicas, bem como no respeito à dignidade e direitos da pessoa humana estabelecidos na Constituição Federal.

Os requisitos para que a/o profissional da Psicologia esteja habilitada/o a realizar avaliação para o registro e porte de arma de fogo também são apresentados. Entre as exigências está a inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia, o credenciamento à Polícia Federal ou outros órgãos competentes para este fim, assim como conhecer e cumprir as regras legais e normativas expedidas pelos órgãos competentes no campo do registro e porte de arma.

A nova norma procura trazer dados orientativos/resolutivos que auxiliam uma prática mais resguardada quanto aos procedimentos de avaliação psicológica neste contexto. É fundamental que a/o profissional atenha-se aos procedimentos descritos na resolução, incluindo a realização de entrevista psicológica individual e a oferta de entrevista devolutiva.

A Resolução ressalta ainda que a/o psicóloga/o tem responsabilidade técnica de decidir sobre métodos, técnicas e instrumentos a serem usados para a avaliação psicológica, desde que aprovados pelo CFP. A avaliação psicológica deve ser realizada observando as características psicológicas referidas na resolução, avaliando aspectos cognitivos, traços de personalidade, juízo crítico e comportamento.

Algumas condições nas quais psicólogas/os estão impedidos de fazer a avaliação psicológica também são destacada na nova resolução, como no caso de profissionais que tenham interesse direto ou indireto na aprovação ou reprovação do interessado, que sejam cônjuges ou tenham grau de parentesco com a pessoa avaliada, bem como que tenham vínculo com centro de formação de vigilantes, empresas de segurança privada, escolas de formação, clubes de tiro ou com outras prestações de serviços com o candidato.

De acordo com a normativa, a avaliação psicológica para o registro e para o porte de arma de fogo terá validade de, no máximo, dois anos – a contar da data de sua emissão.

Com a publicação da Resolução CFP nº 01/2022 ficam revogadas a Resolução CFP nº 18, de 09 de dezembro de 2008, a Resolução CFP nº 02, de 30 de março de 2009 e a Resolução CFP nº 10, de 21 de outubro de 2009.

Sobre o mesmo campo de atuação, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul já tinha lançado, no final de 2021, uma Nota Técnica ressaltando também a necessidade de profissionais estarem atentas/os a possíveis conflitos de interesse nesse processo. O local de realização da avaliação, por exemplo, deve ser aquele credenciado junto a Polícia Federal, Brigada Militar e Exército. Não sendo possível a realização da avaliação psicológica para registro e porte de armas dentro das escolas de manuseio de arma de fogo, empresas de vigilantes, clubes de tiro ou locais que possam interferir na autonomia da/o profissional, seja no processo de avaliação psicológica ou no seu resultado (apto ou inapto).

Avaliação psicossocial no contexto da saúde e segurança do trabalhador

Recentemente, o CFP publicou também a Resolução nº 02 de janeiro de 2022 que regulamenta normas e procedimentos para a avaliação psicossocial no contexto da saúde e segurança do trabalhador, em atendimento às normas regulamentadoras emitidas pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia ou órgão correlato.

A nova regulamentação traz contribuições que favorecem a percepção da avaliação psicológica dos fatores psicossociais como processo, contemplando aspectos que envolvem o contexto, conteúdo e organização do trabalho, sendo a testagem, apenas uma etapa do processo avaliativo.

A regulamentação também traz aspectos relativos à importância dos sistemas de controle e gestão de riscos, que podem contribuir para a prevenção de fatores com potencial para agravar os riscos psicossociais.

Acesse **crprs.org.br** e confira as novas Resoluções do CFP e a Nota Técnica do CRPRS na íntegra.

Abordagem racializada das pesquisas

Mesmo com a ampliação do debate acerca das estruturas racistas que formam a sociedade brasileira, que é 54% negra, ao pensar atuação em saúde, ainda predominam propostas voltadas a um suposto sujeito universal, idealmente branco. Se as relações raciais conquistam algum espaço nas discussões teóricas, no campo prático, o olhar sobre raça e racismo segue aparecendo apenas pontualmente, e não como elemento estruturante das subjetividades e das relações sociais.

Sustentado no compromisso ético e político da atuação da Psicologia nas políticas públicas, o Crepop do CRPRS atentou para a urgência de racializar suas ações, compreendendo que, ao nos recusarmos a olhar para a racialidade dos sujeitos, contribuímos para a manutenção de iniquidades. Para transferir esse olhar racializado para a produção das referências técnicas, em 2021, o Centro reestruturou integralmente o roteiro de pesquisa relacionada às políticas de prevenção do suicídio, inserindo questões disparadoras e espaços para relatos descritivos, buscando observar como as racialidades aparecem (ou não) no discurso das/os psicólogas/os sobre sua prática. As entrevistas evidenciaram que as problemáticas estruturais historicamente silenciadas refletem na atuação das/os psicólogas/os, que demonstraram dificuldade para pensar suas ações a partir de um olhar racializado. Ao mesmo tempo, a própria intervenção tensionada pelo roteiro racializado provocou movimentos de reflexão interessantes percebidos ao longo das entrevistas.

Embora o Crepop já tenha publicado referências técnicas especificamente sobre relações raciais na atuação da Psicologia, a proposta regional é que esse olhar racializado passe a atravessar a condução de todos os ciclos de pesquisa que fazem parte da construção das referências junto à categoria. A ideia é visibilizar o racismo estrutural denegado pelo mito da democracia racial brasileiro, destacando a necessidade da existência de políticas que reduzam seus efeitos, além de produzir deslocamentos em relação à percepção das/os psicólogas/os sobre como encaram as racialidades em sua prática cotidiana.

Em 2022, articulado à Comissão de Relações Étnico-Raciais do CRPRS, o Crepop dá continuidade ao processo de racialização nas pesquisas que investigam a atuação das/os psicólogas/os nas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e aos serviços-escola de Psicologia.

Carla Mariela Carriconde Tomasi | Conselheira Referência do CREPOP
Rafaela Demétrio Hilgert | Assessora Técnica de Políticas Públicas
Thayna Miranda da Silva | Colaboradora
Lara Steigleder Wayne | Estagiária

Agenda da Psicologia

Aperfeiçoamento em Terapia Cognitivo-Comportamental

04/2022
On-line
www.cefipoa.com.br/br/terapia-cognitivo-comportamental
atendimento@cefipoa.com.br

Psicologia Educacional e Escolar

04/2022
Joinville/SC
pos.univille.br
especializacoes@univille.br

Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf)

29 e 30/04/2022
Organizada pelo Sistema Conselhos de Psicologia
Transmissão ao vivo
youtube.com/confederalpsicologia

Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Neurociência no Direito e no Comportamento Humano (PRESENCIAL, FLEX ou EAD LIVE)

05 e 06/2022
Ribeirão Preto – SP
bit.ly/3DyEHy8
fvm@fvm.edu.br

Especialização e Aperfeiçoamento em Avaliação e Tratamento do Comportamento Suicida

05/2022 a 05/2024
Organizado pelo CEFI – Porto Alegre
On-line
bit.ly/3K0xkSt
atendimento@cefipoa.com.br

Curso: Avaliação Psicológica Adultos e Idosos

03/05 à 12/07/22
Porto Alegre/RS
nucleomedicopsicologico.com.br
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

22º Curso: Teste Palográfico Avançado

04/05/2021
Porto Alegre/RS
nucleomedicopsicologico.com.br
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

32º Curso: Avaliação Psicológica para Cirurgias (Bariátrica, Vasectomia, Laqueadura e Plástica)

05/05 e 06/05/22
Porto Alegre/RS
nucleomedicopsicologico.com.br
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

II Jornada de Proteção de Crianças e Adolescentes

17 a 19/05/2022
On-line
canalproteja.com.br/jornada
canalproteja@gmail.com

8ª Conferência da Sociedade Internacional de Indicadores daInfância

25 a 27/05/2022
Gramado/RS
isci2022.org/home-pt
organisers@isci2022.org

20º Curso: Avaliação Psicológica para Aviação

01 e 02/06/2022
Porto Alegre/RS
nucleomedicopsicologico.com.br/home
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP)

02/06 a 05/06/2022
Organizada pelo Sistema Conselhos de Psicologia
crprs.org.br/11cnp

22º Congresso de Stress da ISMA-BR, 24º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho, 14º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública e 14º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público

21 a 23/06/2022
Porto Alegre/RS
ismabrasil.com.br
stress@ismabrasil.com.br

Aceitação e mudança na terapia de casal integrative behavioral couple therapy (IBCT)

29 a 30/07/2022
On-line
bit.ly/3iXf8Nr
atendimento@cefipoa.com.br

Observatório de Direitos Humanos

Em defesa dos direitos da população LGBTQIA+

Desde sua aprovação, a Resolução nº 01/99 sofreu intensos ataques por parte de setores da categoria que não reconhecem a diversidade sexual e de gênero, isto é, que tratam a população LGBT como portadora de algum tipo de patologia, transtorno ou anormalidade.

A Resolução surgiu com a intenção de coibir terapias de reversibilidade ou, em termos populares, as tentativas de "cura gay", em um contexto de reconhecimento dos direitos fundamentais da população LGBT, que ganharam espaço com a Constituição de 1988.

De lá para cá, foram inúmeras tentativas de boicote à Resolução pelas vias internas ao Sistema Conselhos de Psicologia e por vias judiciais. Em todas as ocasiões, a normativa foi sustentada e reafirmada, mas as tentativas de derrubá-la não cessaram. Não obstante, o movimento LGBT fortaleceu-se e, inclusive, agregaram-se "letras" à sigla, hoje difundida como LGBTQIA+. É pela atualidade do tema que se decidiu pela elaboração de uma nota técnica relacionada à Resolução nº 01/99. A nota técnica veio com a intenção de atualizar termos e conceitos, sistematizando os novos acúmulos do movimento LGBTQIA+ para a categoria e reafirmando princípios presentes originalmente na resolução.

Com o avanço do conservadorismo articulado aos valores de uma família tradicional e da heterossexualidade compulsória, parte dos setores da categoria buscaram nessa narrativa autorização para práticas de reversibilidade. A nova face da "cura gay" aparece mascarada através do discurso "pela liberdade dos sujeitos e da prática psi" associando o sofrimento às vivências LGBTQIA+. Aqui a reversibilidade aparece como "libertação" e "saída" desse cenário atualizando a tutela médico-jurídica sobre corpos que escapam a cisheteronormatividade.

Em 2020 o Grupo Gay da Bahia registrou 237 mortes de LGBTQIA+ em relatório. É sabido que os dados de violência são afetados pela subnotificação devido a não inclusão de orientação sexual nos boletins de ocorrência e não regularidade de pesquisas. Com seus direitos ameaçados, a população LGBTQIA+ se organiza pela reivindicação de censo específico para determinar suas particularidades entendendo que a invisibilidade até o momento não é uma ação despropositada, mas que organiza e mantém o sistema cisheterossexual.

Marianna Rodrigues Vitorio
Conselheira CRPRS (CRP 07/30799).

Samantha Medeiros Ferreira
Colaboradora Comissão de Direitos Humanos (CRP 07/30137).

Transparência

Ações de orientação e fiscalização em 2021

Os Conselhos Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, têm como funções orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de psicóloga/o. Primordialmente, a execução dessa função precípua à autarquia é desempenhada no CRPRS pelas psicólogas/os fiscais, que compõem a Área Técnica.

Em 2021, consideradas as condições sanitárias advindas da pandemia, as ações da Área Técnica do CRPRS foram adaptadas majoritariamente para a modalidade online, ocorrendo apenas de modo eventual na modalidade presencial.

Os temas que mais geraram pedidos de orientação em 2021 foram os seguintes:

1. Inscrição ou cancelamento de PF, transferências, certidão de regularidade, validação de diploma;

2. Documentos psicológicos (Resolução nº 006/2019);

3. Denúncias e representações.

O tema de orientação mais demandado em 2021 foi substancialmente influenciado pela pandemia, uma vez que o acesso à vacina contra a Covid-19 exigiu de profissionais de saúde a comprovação da sua habilitação profissional.

Procedimentos de Fiscalização (averiguação da conduta de psicólogas/os) – 2021

Total de fiscalizações: **165**
Fiscalização online: **148**
Fiscalização presencial: **4**
Oitiva presencial: **6**
Oitiva por videochamada: **7**

Procedimentos de Orientação – 2021

Total de orientações: **4.923**
Total de pessoas orientadas: **7.690**
Orientação por telefone: **3.512**
Orientação por e-mail: **1.323**
Orientação presencial: **3**
Orientação por videochamada: **31**
Orientação por ofício: **34**
Orientação coletiva: **17**
Orientação em IES: **14**

Em 2021, a Comissão de Ética recebeu 58 denúncias, sendo 18 analisadas, e foram instaurados e julgados 5 processos. Cabe destacar que os prazos processuais e prescricionais ficaram suspensos de 17 de março de 2020 a 31 de março de 2021.

2022 É ANO DE ELEIÇÕES

Em agosto teremos a Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia e as eleições para os Conselhos Regionais de Psicologia. **O voto é obrigatório para as/os psicólogas/os.** Para participar é preciso estar com o cadastro no CRPRS atualizado.

Acompanhe as informações sobre o processo eleitoral em **crprs.org.br/eleicoes** ou nas redes sociais do Conselho, **atualize seu cadastro e participe.**

CRPCAST. A GENTE ESTÁ ACOSTUMADO A OUVIR. AGORA CHEGOU A SUA VEZ.

O podcast do Conselho Regional de Psicologia do RS (CRPCast) é mais um canal da entidade para levar a todas/os informações sobre o seu trabalho de orientação e fiscalização do exercício da profissão de Psicologia no Rio Grande do Sul.
Ele está disponível, quinzenalmente, nas principais plataformas de áudio (Spotify e Deezer), além de ser veiculado também no site e Canal do CRPRS no YouTube. Acompanhe.

CRPCAST

Disponível em:

Spotify. deezer YouTube

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ FALECIDO
- ☐ AUSENTE
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ END. INSUFICIENTE
- ☐ CEP
- ☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____

____/____/____ _____
RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970

PSICOLOGIA 60 ANOS
UMA HISTÓRIA PARA CONSTRUIR O FUTURO

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul